

UNIDADE 12

EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX: AS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS (1901-1930 E 1931-1963)

12.1 As reformas educacionais brasileiras de 1901 a 1930

No Brasil, o início do século XX trouxe várias reformas educacionais que procuravam dar à educação uma organização, além de discussões sobre os problemas que o governo federal deveria enfrentar, como o analfabetismo e a falta de acesso das massas da população à escolaridade.

Em 1911, foi promulgada a **Reforma Rivadávia Correia**. As escolas públicas ou particulares passavam a ser autônomas em sua organização didático-pedagógica e administrativa. As instituições educacionais eram as responsáveis pelo desenvolvimento curricular, sem que houvesse intervenção do governo.

Em algumas localidades, havia escolas que não tinham possibilidade de autossustentação. Muitas escolas funcionavam em prédios alugados, porque não havia verba para construir prédios adequados. Então, alguns motivos levaram o governo federal a rejeitar essa reforma:

- falta de controle governamental sobre a educação;
- constatação de que o número de escolas estava sendo reduzido, porque elas não conseguiam o sustento necessário;
- evidência de que o analfabetismo da população continuava a crescer.

Em janeiro de 1915, foi assinado outro decreto: a **Reforma Carlos Maximiliano**, que objetivou preservar a autoridade governamental sobre a educação e restaurar as escolas oficiais. Além disso, decretou o exame vestibular para o ingresso nas faculdades e indicou a criação da

primeira universidade brasileira federal, unindo as Faculdades de Direito, Medicina e a Escola Politécnica. No entanto, a primeira universidade federal surgiu somente em 1920.

Em 1920, por comemorar o centenário da Independência, o Brasil iria receber a visita do Rei Alberto I da Bélgica, a quem o governo pretendia outorgar o título de *Doctor Honoris Causa*.¹ O caso é que esse título só poderia ser outorgado por uma universidade, que ainda não existia, apesar da Lei Maximiliano ter indicado a formação da universidade federal. Então, o dia da comemoração chegou e, por causa da visita do Rei, o Presidente Epiácio Pessoa criou imediatamente a primeira universidade no Brasil — **Universidade do Rio de Janeiro** (Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920).



Epiácio Pessoa

Numa **Conferência Interestadual**, em 1921, foi sugerida a organização de escolas que funcionassem no turno da noite, oferecendo o programa de alfabetização por um ano aos adultos analfabetos pobres.

A luta de uma nação analfabeta foi acompanhada por um movimento de vanguarda em São Paulo: a **Semana de Arte Moderna**,² realizada em 1922, que propunha a ruptura com os modelos europeus de criar e avaliar as artes. A Semana de Arte Moderna foi uma reação artística para valorizar o que era considerado genuinamente brasileiro.

¹ *Doctor Honoris Causa* — título de Doutor Universitário, que é oferecido a alguém sem cumprir a exigência de provas ou concursos.

² Para saber um pouco mais sobre a Semana de Arte Moderna, visite:

<http://www.itaucultural.org.br>

Ao entrar na página principal, escolha a opção *Enciclopédia de Artes Visuais (veja mais)*, depois *Marcos da Arte Brasileira (lista completa)* e *Semana de Arte Moderna*.



Cartaz colocado no Teatro Municipal em São Paulo

Com a vinda de imigrantes de várias partes da Europa após a Primeira Guerra³ e com o início da produção industrial, revelando a decadência da aristocracia latifundiária,⁴ havia uma crença de ascensão social através do diploma de faculdade. Assim, determinados decretos indicaram a gratuidade do ensino, para que os novos contingentes de imigrantes e da burguesia pudessem ter acesso às faculdades. Esse foi o caso da **Lei Rocha Vaz**:⁵ a cada ano e em cada curso superior público, seriam admitidos cinco alunos gratuitos.

A Lei Rocha Vaz trouxe outras indicações:

³ A Primeira Guerra Mundial começou em 1914 e terminou em 1918.

⁴ Ricos donos de fazendas e de terras inabitadas do país que, em sua maioria, eram descendentes dos colonizadores portugueses.

⁵ Decreto nº 16.782, de 13 de janeiro de 1925.

- duas formas de prestar o exame vestibular: frequência e aprovação no curso secundário regular nas escolas, de acordo com o currículo oficial, ou exame anual realizado por estudantes que não estivessem regularmente matriculados;
- criação de escolas noturnas para atender adultos analfabetos.

Em 1929, o Brasil tinha, aproximadamente, duzentas instituições de ensino superior e 350 escolas de ensino secundário, além de duas universidades: uma no Rio de Janeiro e outra em Minas Gerais. No entanto, o número de matrículas nas escolas era baixo e a taxa de analfabetismo, imensa.



Após a Revolução de 1930,⁶ com **Getúlio Vargas** na presidência, o governo federal criou o **Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública**. Era a primeira vez que o Brasil tinha um ministério específico para tratar dos assuntos da educação.⁷

Quanto à metodologia pedagógica adotada nas escolas, era aquela com disciplina rígida e memorização, bem distante da proposta da Escola Nova de John Dewey.

12.2 As reformas educacionais brasileiras de 1931 a 1963

A **Era Vargas** foi responsável por várias modificações na educação do Brasil. O ufanismo de um lado e o controle do governo sobre a educação, de outro, foram refletidos nas leis educacionais promulgadas entre 1930 e 1945, principalmente depois do início do **Estado Novo**,⁸ em 1937, quando Getúlio Vargas retornou à Presidência da República.

⁶ Para saber mais sobre a Revolução de 30, acesse: <http://www.culturabrasil.org/revolucao30.htm> ou <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/revolucao30.htm>

⁷ Como observamos na Unidade 9, o Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado por Benjamin Constant em 1891, foi imediatamente extinto em 1892.

⁸ Para mais informações sobre o Estado Novo e a Era Vargas, visite: <http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/era-vargas.html> ou <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=53>

O ano de 1931 iniciou-se com uma das mais importantes reformas educacionais: **Reforma Luiz Francisco Campos**,⁹ que trouxe duas novidades:

- organização do regime seriado para o ensino secundário — a avaliação dos/das estudantes deveria ser realizada através de testes e provas para que houvesse aprovação para a série seguinte;
- relação entre faixa etária e a série adequada.

Assim, não era mais possível fazer o exame vestibular sem que houvesse aprovação em todas as séries do secundário. Caso o candidato ao curso superior não tivesse frequentado a escola regularmente, poderia fazer o exame se comprovasse ter frequentado mais de “seis preparatórios, obtidos sob o regime de exames parcelados” (BRASIL, 1931b, art. 80). A reforma também instituiu a inspeção federal nas escolas.

Sete dias antes da publicação da Reforma Luiz Francisco Campos, foi promulgado o **1º Estatuto das Universidades Brasileiras**,¹⁰ que abordava as normas para a criação de novas universidades equiparadas à Universidade do Rio de Janeiro. O estatuto também apontava a “gratuidade comprometida” no curso superior.

Art. 106 — Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos universitários, poderá ser autorizada a matrícula, independentemente do pagamento das mesmas, mas com a obrigação de indenização posterior. (BRASIL, 1931a)

⁹ Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.

¹⁰ Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

A **Constituição de 1934** indicou a educação como sendo um direito de todas as pessoas, além de ter instituído o ensino primário integral gratuito, com frequência obrigatória e extensivo aos adultos. O governo de Vargas instituiu o primeiro **Plano Nacional de Educação**. Nessa época, foram criadas mais universidades federais: a de São Paulo (1934), a do Distrito Federal (1935) e a de Porto Alegre (1935).

Para a **Constituição de 1937**, a educação era dever do Estado e a lei destinava o ensino técnico-profissional aos estudantes de classes econômicas desfavorecidas. A lei maior proibiu o trabalho de menores de 14 anos durante o dia e o de menores de 16, à noite. Nesse mesmo ano, a Universidade do Rio de Janeiro foi renomeada como **Universidade do Brasil**.

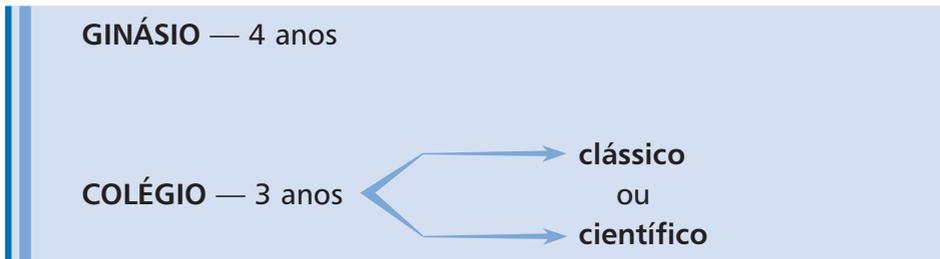


Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (1937)

A **Reforma Capanema**,¹¹ de 1942, retrocedeu com relação à obrigatoriedade de frequência, quando apontou que jovens com mais de 16 anos poderiam obter o certificado de ginásial, mesmo quando não tivessem frequentado o regime escolar, devendo prestar os exames das escolas oficiais.

Essa reforma apresentou a seguinte organização:

¹¹ Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Gustavo Capanema foi Ministro da Educação durante onze anos.



No clássico, a ênfase era o estudo da língua grega e da filosofia, com o mínimo de conteúdo das disciplinas exatas, como matemática. Para o científico, a indicação era oposta ao que era abordado no clássico. Quem desejasse ingressar numa faculdade das ciências exatas deveria cursar o científico. Para as carreiras ligadas às ciências humanas, o melhor era o clássico.

Um aspecto importante da educação foi a criação, em 1938, da **Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)**, com seus membros nomeados pelo governo federal, que tinham a responsabilidade de escolher livros estrangeiros para serem traduzidos e de contratar docentes brasileiros para a produção de livros didáticos. A inserção do livro didático era uma forma de o governo controlar o que era realizado nas escolas do país.

Após a Era Vargas, a **Constituição de 1946**, sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, reconheceu a educação como direito de todas as pessoas, sendo responsabilidade do governo oferecer a educação primária oficial gratuitamente. Além disso, a **Lei Orgânica do Ensino Primário**¹² autorizou o **primário supletivo** para adolescentes e adultos, com a duração de dois anos.

Ao final de 1960, havia mais de quatrocentas instituições de educação superior, sendo trinta e uma universidades. Existia, também, uma necessidade de fundamentar, em forma de lei, a organização da educação nacional como um todo.

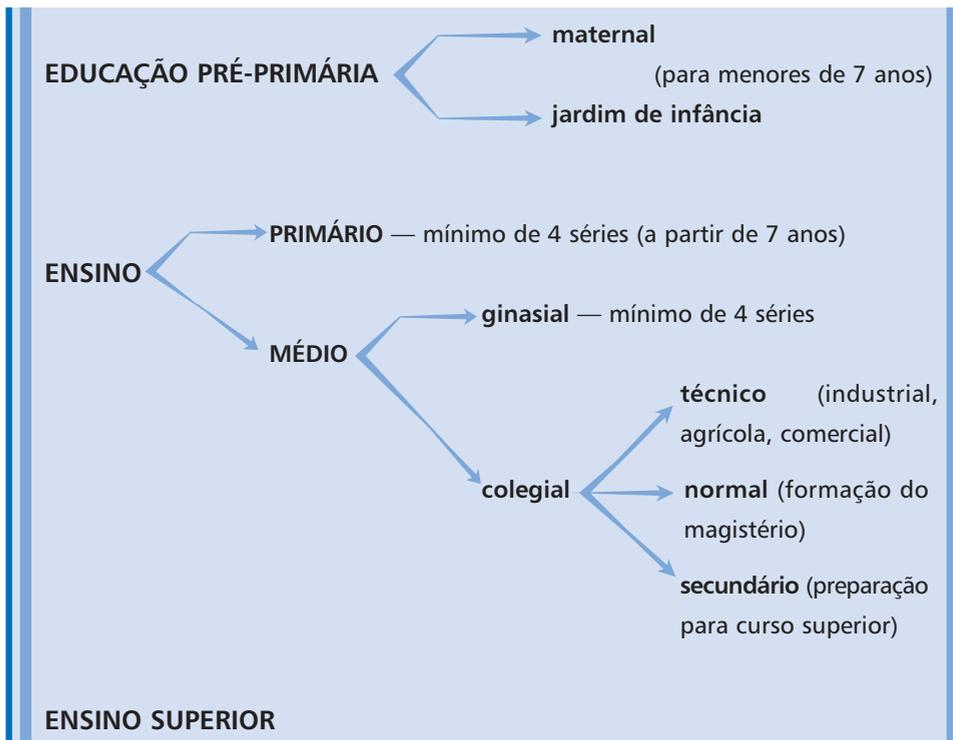
¹²Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.

Essa lei tinha começado a ser discutida em 1948, quando o Congresso Nacional recebeu o primeiro projeto da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. No entanto, a promulgação ocorreu apenas treze anos mais tarde porque, nessa discussão, havia dois grupos com ideologias bastante diferentes. Um deles era liderado pelas ideias de Clemente Mariani, que defendia a escola **pública, gratuita e laica**. Faziam parte desse grupo os sindicatos e intelectuais como Anísio Teixeira.

A Igreja Católica e os donos de colégios particulares faziam parte do outro grupo, que defendia as ideias de Carlos Lacerda: defesa da **escola privada e com ensino religioso**.

Após anos de negociações, ambos os projetos foram considerados e, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a primeira **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB nº 4.024).

Observe a organização que a lei delineou:



Reconhecendo a educação como um direito do povo, a LDB/1961 permitia que maiores de 16 anos pudessem obter o certificado do curso ginasial, mediante a prestação do **exame de madureza** após estudos realizados sem regime escolar — um retorno à proposta de **Benjamin Constant** (de 1890). O mesmo se aplicava ao curso colegial para maiores de 19 anos. Todas as escolas podiam elaborar seus respectivos exames de madureza.

Para você descobrir...

1. Há alguns brasileiros famosos que já receberam o título de *Doctor Honoris Causa*. Procure saber o nome de uma pessoa que tenha esse título e qual universidade o outorgou.
2. O que existe de comum entre a “gratuidade comprometida” do 1º Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) e o atual Crédito Educativo?

Referências:

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1931a.

_____. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1931b.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, D.F., 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 20 maio 2005.

GADOTTI, M. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1993.

GHIRALDELLI, P. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.